

Dívida pública cresce 76% em 95

DÉBITOS EM TÍTULOS FEDERAIS CHEGAM A R\$ 108 BILHÕES. INCLUINDO A DÍVIDA EXTERNA, TOTAL ERA DE QUASE R\$ 200 BILHÕES EM NOVEMBRO DE 95

MÔNICA IZAGUIRRE

A dívida pública em títulos federais fora do Banco Central encerrou 95 com um saldo de R\$ 108,58 bilhões, quase R\$ 47 bilhões acima dos R\$ 61,78 bilhões em dezembro de 94, um crescimento de 76%.

Os números divulgados ontem pelo BC mostram uma contínua e acelerada deterioração da situação financeira de todas as esferas de governo — União, Estados e municípios, além das empresas estatais.

Seus débitos conjuntos chegaram a R\$ 199,77 bilhões em novembro de 95, incluídos os compromissos internos e externos. O valor representa 31% do Produto Interno Bruto (soma de todos os bens produzidos no País).

No montante final, as dívidas de Estados e municípios pularam de R\$ 49,28 bilhões em dezembro de 94 para R\$ 68,74 bilhões em novembro de 95. As do governo federal e do BC evoluíram de R\$ 33,39 bilhões, no final de 94, para R\$ 61,07 bilhões, 11 meses depois. As estatais deviam R\$ 32,2 bilhões em novembro, contra R\$ 26,1 bilhões em dezembro de 94.

O crescimento galopante da dívida pública federal não foi influenciado apenas pelos juros ainda altos de 95. O principal fator de aumento foi a colocação de títulos novos, resultante da necessidade de o governo conci-

liar a política monetária de contenção do dinheiro em circulação com a política cambial de sustentação da taxa do dólar.

A dívida interna líquida de todas as esferas de governo atingiu em novembro, último dado disponível, R\$ 162,1 bilhões. O déficit operacional, que inclui juros e inflação (calculada pelo IGP-DI), aumentou em todas as esferas de governo.

No total, governo federal, Estados, municípios e estatais produziram um rombo de 4,47% do PIB. O governo federal iniciou 95 com um superávit de 2,4% do PIB e 11 meses depois apresentava déficit de 0,77%.

Assim como a federal, a dívida mobiliária dos Estados e municípios cresceu significativamente, passando de R\$ 24,91 bilhões em dezembro de 94 para R\$ 39,51 bilhões no final de 95.

Os custos financeiros (juros e correção) foram o principal fator de aumento das dívidas mobiliárias estaduais e municipais, já que a emissão de títulos está limitada, na maioria dos casos, à rolagem da dívida já existente.

Os déficits estaduais e municipais praticamente quadruplicaram, saltando de 0,57% do PIB em dezembro de 94 para 2,53% em novembro.

As empresas estatais, que apresentavam ligeiro superávit operacional de 0,3%, passaram a ter um déficit de 0,74%.